



ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

ILHA CROSSMÍDIA EIRELI

Pelo presente instrumento particular, **PAULO LUCIANO TENUTO ROSSI**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 06/08/1977, portador da carteira de identidade RG 28.823.823 SSP/SP em 04/02/2004, inscrito no CPF sob o nº 247.319.488-27, residente e domiciliado na Rodovia SP 328, Km 310, s/nº, casa 85, Condomínio Country Village, em Ribeirão Preto, SP, CEP 14110-000, com fundamento no artigo 980-A da Lei nº 10.406/02, por este instrumento, constitui EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, a qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, observando-se, nas omissões, as regras previstas no Código Civil para a sociedade limitada.

I – DO NOME EMPRESARIAL

A empresa individual de responsabilidade limitada girará sob a denominação de **ILHA CROSSMÍDIA EIRELI**.

II – DA SEDE

A sede da empresa será instalada na Av. Presidente Vargas, nº 1.265, sala 101, bairro Jardim São Luiz, município de Ribeirão Preto, SP, CEP 14020-273.

III – DO OBJETO

A empresa terá como objeto a exploração do ramo de PRODUÇÃO (GRAVAÇÃO) DE FILMES PUBLICITÁRIOS E INSTITUCIONAIS, GRAVAÇÃO DE PROGRAMAS INDEPENDENTES PARA TV E INTERNET, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO E DE EDIÇÃO DE SONS E IMAGENS, LOCAÇÃO ESTÚDIO E DE EQUIPAMENTOS PARA GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SONS E IMAGENS.

IV – DA DURAÇÃO

A empresa iniciará suas atividades na data de registro do seu ato constitutivo na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e o seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

V- DO CAPITAL

O capital será de R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), totalmente integralizado nesta data em moeda corrente do país.

VI- DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa caberá ao titular **PAULO LUCIANO TENUTO ROSSI**, acima qualificado, com os poderes e atribuições para administrar os negócios da empresa, a quem caberá usar o nome empresarial e assinar individualmente pela empresa, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, ficando vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse empresarial ou assumir obrigações seja em favor do titular ou de terceiros.

VII – DO EXERCÍCIO



JUCESP

O exercício encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do Inventário, Balanço Patrimonial e Balanço de Resultado Econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

§ 1º) O titular será obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, quando tais lucros ou quantias se distribuírem em prejuízo do capital.

§ 2º) A empresa poderá levantar balanços ou balancetes antes do encerramento do exercício para a distribuição antecipada de lucros, desde que o valor do lucro apurado no balanço anual comporte tais antecipações. Se o valor do lucro distribuído antecipadamente superar o valor apurado no balanço anual, o titular deverá devolver à empresa a quantia recebida em excesso.

VIII – DAS DECLARAÇÕES

Sob as penas da lei, declara o administrador e titular da empresa que não está impedido de exercer a administração de empresa individual de responsabilidade limitada, por lei especial, e nem condenado ou se encontra sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, bem como também declara que não participa de nenhuma outra pessoa jurídica constituída a forma de empresa individual de responsabilidade limitada.

IX – DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade do titular da empresa é limitada ao capital integralizado.

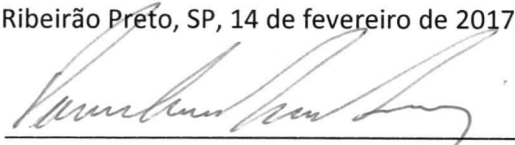
X – DO FALECIMENTO E DA INCAPACIDADE

Falecendo o titular ou se tornando incapaz, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores ou o seu curador. Não sendo possível a continuidade da empresa, ou inexistindo interesse destes em continuar a exploração da empresa, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para esse fim.

XI – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Preto, SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

Ribeirão Preto, SP, 14 de fevereiro de 2017.


Paulo Luciano Tenuto Rossi

